



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

Aos 21 dias do mês de março de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*
2. - *Apreciação e votação das atas n.ºs 106 e 107, de 7 e 14 de março de 2018;*
3. - *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 958/XIII/2.ª (PCP) - «Pela reabertura do Serviço de Urgência Básica no Hospital de Espinho»; do Projeto de Resolução n.º 1255/XIII/3.ª (PEV) - «Reabertura do serviço básico de urgências, no Hospital Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho»; do Projeto de Resolução n.º 1257/XIII/3.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a reabertura da urgência básica do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho», e do Projeto de Resolução n.º 1262/XIII/3.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a criação de um serviço de atendimento permanente no Hospital Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho»; análise da proposta de fusão relativa aos PJR n.ºs 958, 1255 e 1257;*
4. - *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1246/XIII/3.ª (BE), - «Recomenda ao Governo a abertura de concurso para contratação de médicos recém-especialistas até 30 dias após a conclusão do internato médico»;*
5. - *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1042/XIII/2.ª (BE) - «Avaliação do cumprimento da Lei no que diz respeito ao direito do utente ao acompanhamento nas instituições do Serviço Nacional de Saúde»;*
6. - *Análise das deslocações pendentes em Comissão;*
7. - *Ponto de situação das audições pendentes em Comissão;*
8. - *Apreciação e votação da versão final do Programa para o Simpósio «Oncologia em Portugal, realidade e desafios»;*
9. - *Admissão e distribuição das Petições n.ºs 476/XIII/3.ª - «Reconhecimento e valorização dos enfermeiros da Administração Pública como profissionais a exercer funções em condições particularmente penosas; e 481/XIII/3.ª - «Criação de comissão de inquérito com vista a averiguar da violação de direitos fundamentais, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»;*
10. - *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1425/XIII/3.ª (PEV) - "Generalização do acesso ao medicamento para tratar a Atrofia Muscular Espinhal aos doentes com tipo I e com tipo II em todas as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde"; e do*

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

Projeto de Resolução n.º 1426/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que disponibilize aos doentes com atrofia muscular espinhal, os tratamentos mais adequados, incluindo o farmacológico»;

11. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 1427/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo o reforço do investimento e dos profissionais de saúde no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE, bem como a melhoria do acesso aos cuidados de saúde hospitalares por parte da população da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega;

12. - Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita audições relacionadas com a prestação dos cuidados de saúde no Algarve;

13. - Outros assuntos.

11:00 - Audiência da ARP - Retina Portugal, para explicar questões relacionadas com Doenças Degenerativas da Retina.

12:00 - Audiência da Associação Portuguesa de Hipertensão Pulmonar, sobre a Norma 000/4/2018, que poderá colocar os doentes em risco.

1. - Informações

O Presidente deu nota de que a audição do Ministro das Finanças, em reunião conjunta com a COFMA, se vai realizar no dia 11 de abril, às 10:30 e que a reunião regimental do Ministro da Saúde, a 3.ª obrigatória, terá lugar no dia 18 de abril. Deu conta da nova coordenação do GP do PSD e da substituição de alguns Deputados suplentes. Chamou a atenção dos Deputados para a necessidade de concluir as Petições mais antigas, que enunciou, nomeadamente as n.ºs. 354/XIII (2.ª) - Relatora Isabel Galriça Neto, 356/XIII (2.ª) - Relator António Topa, 367/XIII (2.ª) - Relator Cristóvão Norte, 406/XIII (3.ª) - Relator João Marques e 419/XIII (3.ª) - Relatora Isaura Pedro.

2. - Apreciação e votação das atas n.ºs 106 e 107, de 7 e 14 de março de 2018

As atas n.ºs 106 e 107, respetivamente de 7 e 14 de março de 2018, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 958/XIII/2.ª (PCP) - «Pela reabertura do Serviço de Urgência Básica no Hospital de Espinho»; do Projeto de Resolução n.º 1255/XIII/3.ª (PEV) - «Reabertura do serviço básico de urgências, no



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

Hospital Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho»; do Projeto de Resolução n.º 1257/XIII/3.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a reabertura da urgência básica do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho», e do Projeto de Resolução n.º 1262/XIII/3.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a criação de um serviço de atendimento permanente no Hospital Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho»; análise da proposta de fusão relativa aos PJR n.ºs 958, 1255 e 1257

O Presidente questionou os Deputados sobre o texto proposto pela DAPLEN, tendo sido deliberado fixar a redação final dos PJR n.ºs 958, 1255 e 1257 com a proposta de fusão, acrescentando-se a final o inciso «*calendarizando as medidas necessárias*», proposto pela Deputada Carla Cruz. Não foi manifestada oposição por parte de qualquer Grupo Parlamentar.

A redação final do PJR 1262 foi igualmente fixada com as sugestões da DAPLEN, sem oposição por parte de qualquer Grupo Parlamentar.

4. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1246/XIII/3.ª (BE), - «Recomenda ao Governo a abertura de concurso para contratação de médicos recém-especialistas até 30 dias após a conclusão do internato médico»

A redação final do PJR 1246 foi também fixada tal como proposto pela DAPLEN, sem oposição por parte de qualquer Grupo Parlamentar.

5. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1042/XIII/2.ª (BE) - «Avaliação do cumprimento da Lei no que diz respeito ao direito do utente ao acompanhamento nas instituições do Serviço Nacional de Saúde»

Foi deliberado fixar a redação final do Projeto de Resolução aceitando-se as sugestões da DAPLEN, não tendo sido manifestada oposição por parte de qualquer Grupo Parlamentar.

6. - Análise das deslocações pendentes em Comissão

O Presidente referiu que o Plano de Atividades da Comissão prevê fazer três visitas que, tendo em conta o tempo disponível até ao fim da sessão legislativa, será difícil concretizar, pedindo aos GP's para definirem prioridades.

O Deputado Luís Vales fez uma proposta para visitar o Hospital da Madeira (RAM), porque a população está a braços com uma unidade que já não responde às suas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

necessidades, havendo atraso na construção do novo Hospital, proposta a que nenhum Deputado se opôs. Sendo três as deslocações previstas no Plano de Atividades, foi deliberado que se fizesse a visita ao Hospital da Madeira, tendo em conta a insularidade, uma visita a um Hospital num território de baixa densidade, selecionando-se o Hospital de Beja e uma outra num território de alta densidade, escolhendo-se o Hospital de Coimbra.

7. - Ponto de situação das audições pendentes em Comissão

O Presidente pediu aos GP's para se pronunciarem sobre as audições pendentes. A Deputada Carla Cruz disse que está pendente um conjunto de audições sobre sarampo e vacinação que, tendo em conta a atualidade do tema, deveriam realizar-se em breve. O Presidente propôs que fossem ouvidas as entidades propostas em conjunto, numa audição pública a realizar no dia 3 de abril, pelas 15h, o que foi aceite por todos. Solicitou ainda que numa próxima reunião os GPs deem conta das audições constantes da lista de pendências que têm oportunidade e deverão realizar-se.

8. - Apreciação e votação da versão final do Programa para o Simpósio «Oncologia em Portugal, realidade e desafios»

A versão final do Programa do Simpósio «Oncologia em Portugal, realidade e desafios», acrescentando-se que os GP's usarão da palavra na sessão de encerramento, foi aprovada. Dada a indisponibilidade do Auditório e do Senado para o dia 8 de maio, e havendo uma sessão do Parlamento dos Jovens no dia 15 de maio, a realização do Simpósio ficou marcada para o dia 22 de maio.

9. - Admissão e distribuição das Petições n.ºs 476/XIII/3.ª - «Reconhecimento e valorização dos enfermeiros da Administração Pública como profissionais a exercer funções em condições particularmente penosas»; e 481/XIII/3.ª - «Criação de comissão de inquérito com vista a averiguar da violação de direitos fundamentais, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»

A Petição n.º 476/XIII/3.ª foi admitida e distribuída ao PS para elaboração de Relatório Final, que indicou o Deputado Luís Soares.

A Petição n.º 481/XIII/3.ª foi admitida e distribuída ao PSD para elaboração de Relatório Final, que posteriormente indicará o Deputado Relator.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

10. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 1425/XIII/3.ª (PEV) - «Generalização do acesso ao medicamento para tratar a Atrofia Muscular Espinhal aos doentes com tipo I e com tipo II em todas as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde»; e do Projeto de Resolução n.º 1426/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que disponibilize aos doentes com atrofia muscular espinhal, os tratamentos mais adequados, incluindo o farmacológico»

A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 1425/XIII/3.ª PEV e do Projeto de Resolução (PJR) n.º 1426/XIII/3.ª PCP foi feita em conjunto, visto tratar-se da mesma temática, e ocorreu nos termos seguintes:

A Deputada Heloísa Apolónia apresentou o PJR do PEV, que recomenda ao Governo que, nos casos de avaliação médica favorável, a *«administração do medicamento que se destina a tratar os doentes com Atrofia Muscular Espinhal, usado no Programa de Acesso Precoce aos doentes com tipo I, seja urgentemente generalizada aos doentes com tipo II em todas as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde»*. Trata-se de uma doença neuromuscular, progressiva e degenerativa, logo altamente incapacitante, para a qual surgiu a disponibilização de um medicamento que está autorizado pela Agência Europeia do Medicamento, e que o INFARMED está a estudar a sua comparticipação tendo em conta o seu elevado preço. Deu nota que o medicamento é disponibilizado exclusivamente em hospitais para os doentes com a doença tipo I e só alguns hospitais o fornecem para a doença tipo II, requerendo por isso que a dispensa do medicamento para a Atrofia Muscular Espinhal do tipo II seja urgentemente generalizada em todas as Unidades de Saúde do SNS.

A Deputada Carla Cruz procedeu à apresentação do PJR do PCP, que, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomenda ao Governo que *«Disponibilize aos doentes com atrofia muscular espinhal os tratamentos mais adequados, incluindo o acesso ao fármaco já aprovado pela Agência Europeia do Medicamento»*, que *«Conclua com rapidez o processo avaliativo do medicamento a decorrer no Infarmed, I.P.»* e que *«Proporcione aos doentes com atrofia muscular espinhal o acompanhamento no serviço Nacional de Saúde nas diferentes dimensões da doença»*. Recorda que a autorização do medicamento, que é válida para toda a União Europeia desde 30 de maio de 2017 e está a ser administrado em hospitais do SNS a crianças do tipo I e que deve ser disponibilizado também aos doentes do tipo II, de acordo com a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

indicação do Deputado, tendo a Deputada Isabel Galriça Neto indicado que vai integrar o GT e que aceita a sua coordenação.

11:00 - Audiência da ARP - Retina Portugal, para explicar questões relacionadas com Doenças Degenerativas da Retina

O Presidente cumprimentou a delegação representante da ARP - Retina Portugal que era constituída pelo seu Presidente, Paulo Pontes, que veio acompanhado pela psicóloga Andreia Neves, tendo esta feito uma intervenção onde deu conta dos motivos do pedido de audiência, que se prendem com a «baixa visão» que atinge mais de 300 mil pessoas em Portugal com mobilidade drasticamente reduzida, mas que não são pessoas cegas. Foi distribuída documentação aos Deputados, sobre esta temática, designadamente sobre o uso da bengala verde por parte de pessoas com baixa visão e das dificuldades económicas para aquisição de complexos vitamínicos.

Os Deputados usaram da palavra para comentar e colocar questões, nomeadamente: Laura Magalhães, sobre o programa relativo ao uso da bengala verde; António Sales, qual é a estimativa de custo da terapia genética e de que forma é que a Comissão pode ajudar do ponto de vista social; Jorge Falcato Simões sobre o acesso aos produtos de apoio e Carla Cruz sobre quais as razões para a falta de conhecimento sobre a baixa visão e qual é a perspetiva da Retina Portugal sobre os rastreios.

A psicóloga Andreia Neves prestou os esclarecimentos solicitados, que o Presidente agradeceu, bem como todas as informações disponibilizadas, que foram distribuídas, salientando que Comissão fica ao dispor para receber novos desenvolvimentos. O vídeo/gravação da audiência pode ser acedido aqui.

12:00 - Audiência da Associação Portuguesa de Hipertensão Pulmonar, sobre a Norma 000/4/2018, que poderá colocar os doentes em risco

Em seguida decorreu a audiência da Associação Portuguesa de Hipertensão Pulmonar (APHP), que se fez representar pela sua Presidente, Maria João Saraiva, que veio acompanhada pela Diretora Executiva da APHP, Teresa Carvalho, pelo Presidente do Conselho Científico da APHP e médico no Centro Hospitalar do Porto, Abílio Reis e pela mãe de uma criança com HP, Fátima Antunes.

O Presidente cumprimentou a delegação e deu a palavra à Presidente da APHP, que explicou os motivos do pedido de audiência com o fim de manifestar preocupação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

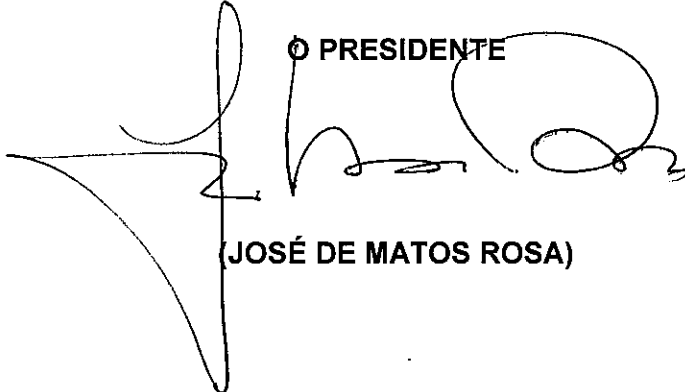
relativamente à Norma da DGS sobre os requisitos para Centros de Tratamento de Hipertensão Arterial Pulmonar e de Trombo-Endartrectomia Pulmonar porque a norma *«fazendo tábua rasa dos progressos organizacionais, assistenciais e de investigação clínica conseguidos, pode abrir caminho à criação de novos centros de tratamento para a HP sem as condições exigidas internacionalmente para a gestão clínica do doente com HP»*. Abílio Reis complementou as informações.

Usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados José António Silva, que perguntou se questionaram a tutela para perceber a norma; Marisabel Moutela, que questionou se não deviam ser criados mais centros no país para haver maior proximidade no acesso; Carla Cruz, que quis saber se hospitais/centros médicos do SNS que desenvolveram competências na matéria podiam concorrer a um novo centro cirúrgico. Abílio Reis prestou todos os esclarecimentos, que foram complementados por Maria João Saraiva, tendo ainda a mãe de uma criança com hipertensão pulmonar dado o seu testemunho.

O Presidente agradeceu a presença da APHP, porque as informações prestadas foram muito importantes, pedindo que quando tiverem novos desenvolvimentos os transmitam à Comissão. O vídeo/gravação da audiência pode ser acedido [aqui](#).

A reunião foi encerrada às 14:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o vídeo/gravação da primeira parte da reunião ser acedido [aqui](#).

Palácio de São Bento, 21 março 2018.


O PRESIDENTE
(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 108/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
António Topa
Francisco Rocha
Heloísa Apolónia
Laura Monteiro Magalhães
Hugo Carvalho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Gouveia
José Luís Ferreira
Ricardo Baptista Leite